

## CURRÍCULO MÍNIMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: REPRODUÇÃO, QUESTIONAMENTOS E GEOGRAFIA

Barbara Priscila Gomes Policarpo  
barbara\_policarpo@hotmail.com<sup>1</sup>

### Resumo

*O presente trabalho trata da política educacional ligada à implementação do Currículo Mínimo no Estado do Rio de Janeiro, aborda questões sobre sua estrutura, avanços e limitações. Apresenta uma breve análise do Currículo Mínimo de Geografia, buscando um diálogo entre o documento currículo, e a realidade da disciplina na escola .*

**Palavras-chave:** Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, Políticas Educacionais, Geografia.

### Introdução

O currículo é parte fundamental na formação dos estudantes tanto na educação básica quanto no ensino superior, sendo assim devemos considerar que o mesmo é um território de disputas e está em constante mudança. Pensando o currículo como um território de disputas, onde é posto em prática aquilo que foi pensado como o melhor caminho para a sociedade, surgem inúmeros questionamentos, entre eles estão: Quem são os agentes da “construção” do currículo? Qual será o resultado final dessa "construção"?

O Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou em 2011 o Currículo Mínimo numa tentativa de reformular a educação, este currículo é parte de uma política educacional que vem tentar suprir a carência de anos de uma escola pública mal administrada. Segundo a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) o currículo mínimo é um documento que serve como referência a todas as escolas estaduais, apresentando as competências, habilidades e conteúdos básicos que devem fazer parte das aulas. Ao ler o documento percebe-se que de mínimo ele não tem muito, pois apesar de um certo esvaziamento dos conteúdos, as habilidades e competências a serem desenvolvidas são muitas. Inicialmente o Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro gerou uma grande expectativa e certo

---

<sup>1</sup>Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ/Faculdade de Formação de professores FFP - Linha de pesquisa de ensino. Mestranda em Geografia / Professora da Rede Estadual Rio de Janeiro.

incomodo nos professores, pois ninguém sabia como funcionaria na prática, hoje já não há tanta resistência com relação a sua utilização, mais existe uma inquietação no que tange seus objetivos, organização e aplicação.

Tentar compreender as articulações que constroem os currículos é uma tarefa extremamente importante para a melhoria na qualidade do ensino e para construção de um currículo melhor, que atenda as expectativas de professores e alunos. Para realizar tal observação, a presente pesquisa baseou-se nas discussões de diversos autores, entre eles estão Alice Casimiro Lopes (2008,2011) e Tomaz Tadeu da Silva (2010).

### **Das políticas educacionais à emergência do Currículo Mínimo no Estado do Rio de Janeiro**

De acordo com Silva (2010, p.15) “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se precisamente aquela parte que vai constituir o currículo”, mas quem decide quais são os conhecimentos e saberes mais importantes ou relevantes?

O currículo cada vez mais é analisado a partir das relações de poder que culminam em sua concepção. Sendo resultado de uma seleção de conhecimentos e saberes, faz-se necessário entendê-lo também como um discurso/texto político.

Reformas educacionais acontecem todo o tempo e são desenvolvidas em diversos países; no Brasil não é diferente, temos a Lei de Diretrizes de Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e para os cursos de formação de professores (do governo federal) por exemplo.

Os PCNs são compostos por uma coleção de documentos, que constitui a grade curricular proposta pelo governo federal para todo o ensino fundamental. O documento é uma orientação quanto ao cotidiano escolar e os principais conteúdos que devem ser trabalhados, além de ter como finalidade regular o trabalho dos educadores em todo o Brasil e orientar a produção do conhecimento.

No caso do Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos os governos têm implantado diferentes políticas educacionais, como o Programa Nova Escola (PNE) iniciado a partir de janeiro 2000, durante a gestão de Antony Garotinho. Tal programa se afirma como resposta aos desafios da administração pública com objetivo de atender de forma eficiente, rápida e satisfatória as demandas políticas e sociais, ou seja, melhorar os resultados da educação

pública e se adequar a avaliações externas – avaliações que não são organizadas pelos professores e que tem com um de seus objetivos medir as competências e habilidades adquiridas pelos alunos.

De acordo com Lopes (2008, p.19), as “recentes reformas educacionais, desenvolvidas em diferentes países do mundo ocidental, são marcadas por mudanças na organização curricular, fazendo com que o debate sobre seleção de conteúdos tenda a ser subsumido a esse tipo de mudança.”. Nesse sentido a escola acaba incorporando propostas curriculares adequadas ao resultado esperado pela política educacional.

O PNE, por exemplo, articula o controle da escola/dos professores através do currículo e conseqüentemente das avaliações. Com base na avaliação externa e no alcance de metas, os salários dos professores são flexibilizados e os custos da estrutura educacional otimizados.

Em 2005, no governo de Rosinha Garotinho, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro difundiu entre as escolas da rede pública um documento denominado Reorientação Curricular, cuja função foi nortear o processo de elaboração e construção do planejamento político pedagógico e do currículo das escolas da rede estadual pública do Rio de Janeiro.

Já no ano de 2010, em plena campanha pelo segundo mandato do Governador Sérgio Cabral, foram divulgados pelo Ministério da Educação indicadores de qualidade da escola pública dos estados brasileiros, o Rio de Janeiro ficou em penúltimo lugar. Logo após a votação em outubro e a confirmação de sua reeleição, o Governador demitiu a Secretária de Educação Teresa Porto, colocando em seu lugar – nos dois últimos meses do primeiro mandato – o Administrador Wilson Risolia, que em janeiro de 2011 foi confirmado como Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro para o segundo mandato.

Com esta mudança na secretária de educação o governador Sérgio Cabral prometeu entre outras coisas a valorização dos professores. O novo secretário de educação Wilson Risolia também estabeleceu algumas metas, entre elas: obter sucesso nos rankings de educação, conhecer o perfil de alunos e professores e investir em infraestrutura. Quanto ao sistema de avaliação das escolas não houve mudanças, uma das heranças da gestão anterior.

Com uma visão e o linguajar de economista, o secretário reconheceu que os números da Educação no estado são ruins e já definiu os próximos passos à frente da pasta. Segundo ele, a prioridade agora é traçar um diagnóstico profundo da rede de ensino do Rio. “Quem são esses alunos, os diretores?

Que capacitações esses ‘entregadores do saber’ possuem? Eu penso educação como um negócio. Quero saber se o meu produto é bom”, disse o novo secretário (Portal de notícias G1 – 06/10/2010).

Como pode ser observado através do comentário do secretário de educação do estado a política educacional era/é orientada como um negócio e como tal não pode causar prejuízo.

O governo do estado do Rio de Janeiro tenta criar uma ideia de mudança na política educacional do estado, mas na realidade todas estas políticas levam aos mesmos objetivos, maior produtividade, atingir as metas, diminuição dos custos, ou seja, os números são mais importantes que a real construção do conhecimento.

Em fevereiro de 2011 – início do segundo mandato do Governador Cabral - surge o Currículo Mínimo do Rio de Janeiro, como uma das principais ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Educação, marcando o começo do novo Programa de Educação do Estado. O Currículo Mínimo é dividido em bimestres e apresenta habilidades e competências, consideradas básicas, que devem estar contidas nos planos de curso e nas aulas. Este currículo contemplava em 2011 seis disciplinas: Língua Portuguesa/Literatura, Matemática, História, Geografia, Sociologia e Filosofia e em 2012 mais seis disciplinas: Ciências/Biologia, Física, Química, Língua Estrangeira, Educação Física e Artes, para os anos finais do ensino fundamental e médio regular (base nacional comum).

Ao adotar o Currículo Mínimo, a secretaria promoveu, para todas as escolas da rede estadual, uma expectativa comum sobre o que deve ser ensinado e aprendido a cada ano de ensino. De acordo com a diretora de Pesquisa e Orientação Curricular da pasta, Beatriz Pelosi, o Currículo Mínimo procurou contemplar todos os conhecimentos importantes para que o aluno tenha uma formação completa, cumprindo os objetivos da educação básica: preparo para o mundo do trabalho, para o estudo universitário e para a vida, estimulando a cidadania. - Com o cumprimento dele, o aluno também tem a garantia de estar sendo preparado para avaliações como a Prova Brasil e o Enem, afirmou (SEEDUC, 2011).

Atualmente está disponível material (currículo) para consulta das 12 disciplinas da base Nacional comum, além de Resolução de Problemas Matemáticos, Produção Textual, Conhecimentos Didáticos, Formação Complementar, Fundamentos da Educação, Laboratórios Pedagógicos, Parte Diversificada e Práticas Pedagógicas.

O Currículo Mínimo é mais uma das tentativas do governo para alcançar na medição de resultados um bom percentual, mas acaba repetindo a perspectiva segundo a qual, uma reforma curricular significa apenas uma reorganização de conteúdos.

O que pode ser observado através das últimas políticas educacionais implantadas no estado do Rio de Janeiro é que o currículo tem sido concebido como um produto que se destina à obtenção de resultados de aprendizagem, e que apesar de “nascer” de uma reformulação tende à uma repetição.

A política educacional nesses moldes resulta na formação de indivíduos obedientes, controlados, restritos, novos trabalhadores flexíveis, consumidores, o produto daquilo que se pode conseguir apenas buscando atingir números.

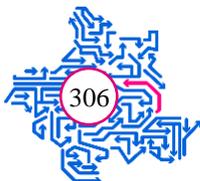
Para que essa política educacional que vem sendo executada no Rio de Janeiro funcione é necessário uma série de articulações que fazem a escola e os professores reféns do currículo e de avaliações externas, que em seu conjunto não refletem a realidade dos alunos, professores e sociedade.

Considerando a importância e influência de uma política educacional é necessário analisar quais são os meios utilizados para chegar aos resultados esperados, quais são os interesses que estão por trás das articulações políticas. Flexibilizar as condições de trabalho, criar um sistema de bonificação com base nos resultados de avaliações - feitas de fora para dentro/ de cima para baixo -, buscar atingir apenas metas/números, reduzir custos, criar “novos” currículos, nenhuma dessas opções tem se mostrado caminho para uma real melhoria da qualidade da educação no estado.

### **Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro e "sua" Geografia**

Se você seguir esse modelo de arquivo Quando o Estado propõe a utilização de um currículo específico, como forma de legitimação de um conjunto de ações políticas, se faz necessário entender como o mesmo é pensado e estruturado. Analisar a estrutura do documento currículo - especificamente o Currículo Mínimo de Geografia - ajuda a entender como o mesmo é organizado.

A concepção, redação, revisão e consolidação deste documento foram conduzidas por equipes disciplinares de professores da rede estadual, coordenadas por professores doutores de diversas universidades do Rio de Janeiro, que se reuniram e se esforçaram em torno dessa tarefa, a fim de promover um documento que atendesse às diversas necessidades do ensino na rede. Ao longo do período de consolidação, dezenas de comentários e sugestões foram recebidas e consideradas por essas equipes. Certamente, modificações serão necessárias e pensadas no decorrer do tempo com a aplicação prática deste Currículo Mínimo (SEEDUC, p.2,2012).



A apresentação do Currículo Mínimo é breve e direta, entre outras coisas deixando claro que seu objetivo é servir como referência para o desenvolvimento de habilidades e competências que devem ser trabalhadas com os alunos, e criar uma essência única, um alinhamento de conteúdos entre as escolas. Em alguns momentos da apresentação do currículo fica explícito que o professor pode organizar seu planejamento da forma que achar mais conveniente, "o Currículo Mínimo visa estabelecer harmonia em uma rede de ensino múltipla e diversa, uma vez que propõe um ponto de partida mínimo" (SEEDUC, p.2,2012).

Na apresentação também é reconhecida a falta de estrutura da escola pública, mas são descritas algumas ações que seriam desenvolvidas a partir do currículo, ações estas que não acontecem, mesmo depois de anos de trabalho com o currículo mínimo do estado.

Entendemos que o estabelecimento de um Currículo Mínimo é uma ação norteadora que não soluciona todas as dificuldades da Educação Básica hoje, mas que cria um solo firme para o desenvolvimento de um conjunto de boas práticas educacionais, tais quais: o ensino interdisciplinar e contextualizado; oferta de recursos didáticos adequados; a inclusão de alunos com necessidades especiais; o respeito à diversidade em suas manifestações; a utilização das novas mídias no ensino; a incorporação de projetos e temáticas transversais nos projetos pedagógicos das escolas; a oferta de formação continuada aos professores e demais profissionais da educação nas escolas; entre outras — formando um conjunto de ações importantes para a construção de uma escola e de um ensino de qualidade (SEEDUC, p.2,2012).

Após a apresentação, são descritas algumas mudanças realizadas no currículo de 2011 para 2012 (versão atual) como, por exemplo, no Currículo Mínimo de Geografia: a apresentação da análise escalar e das representações gráficas e cartográficas como um instrumental para a compreensão dos fenômenos e processos geográficos em todos os níveis de ensino; uma visão da globalização como processo; a análise ambiental permeando todo o currículo; possibilidades de estabelecer um diálogo entre as diferenças, valorizando a diversidade cultural; e a problematização das questões geográficas referentes ao Estado do Rio de Janeiro.

Após a primeira parte de apresentação o currículo é dividido em anos – ensino fundamental do 6º ao 9º ano e ensino médio – e a partir daí o nome da disciplina, o ano em que o mesmo será trabalhado, além da divisão do ano letivo em bimestres (4 bimestres).

Em cada um dos bimestres está descrito o Foco do Bimestre, por exemplo, no 7º ano do ensino fundamental, no 1º bimestre, o professor deve focar suas aulas nas paisagens naturais brasileiras. Além disso, cada bimestre tem uma descrição das habilidades e

competências - saber fazer e saber agir - que devem ser desenvolvidas com os alunos. Utilizando ainda o exemplo do 7º ano, no 1º bimestre temos as seguintes orientações:

- Reconhecer a localização geográfica do Brasil na superfície terrestre, identificando e diferenciando seus limites naturais.
- Identificar e relacionar os tipos climáticos, as formações vegetais, as formas do relevo e as bacias hidrográficas às paisagens climatobotânicas brasileiras.
- Localizar e caracterizar a paisagem natural dominante nos limites do Estado do Rio de Janeiro.

O Currículo Mínimo não tem uma descrição de conteúdos tão clara quanto a que é feita em um livro didático, apesar de utilizar estes mesmos conteúdos como norte – pelos menos a maior parte – na descrição para o desenvolvimento de habilidades e competências e para o Foco do Bimestre. Além disso, um currículo baseado no desenvolvimento de habilidades e competências corre o risco de gerar um esvaziamento do conteúdo, uma vez que o importante não são as ideias, as abstrações, mas apenas os resultados, as concretudes, as ações.

Descrição de conteúdos (Foco do bimestre) no Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, para o ensino fundamental:

Ano	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
<b>6º/ Ensino Fundamental</b>	Conhecendo o espaço geográfico	Alfabetização cartográfica	Dinâmicas naturais e suas interações	Relação homem natureza
<b>7º/ Ensino Fundamental</b>	As paisagens naturais brasileiras	Organização político-administrativa e divisão regional do Brasil	Sociedade e cultura no Brasil	As bases econômicas da organização social brasileira
<b>8º/ Ensino Fundamental</b>	A globalização: integração e persistência das desigualdades	O continente americano e sua diversidade	As transformações espaciais na América Latina	A integração territorial nas Américas
<b>9º/ Ensino Fundamental</b>	África: formação socioespacial e a diversidade	A organização do espaço europeu e suas particularidades	O potencial econômico, cultural e socioambiental do continente asiático	Oriente Médio e Oceania: dinâmicas territoriais e diferenças socioculturais

Fonte: Elaborado pelo autor

Além de desenvolver habilidades e competências o Currículo Mínimo de Geografia possui uma distribuição de conteúdos que remete a concepção de geografia tradicional, no sexto ano, por exemplo, temos uma clara separação entre homem e natureza, uma abordagem teórico - metodológica do N-H-E - natureza, homem e economia - que leva o aluno em direção a uma visão fragmentada da Geografia.

Para termos dimensão da importância que as habilidades e competências adquiriram neste currículo, cito como exemplo, os três níveis de habilidades – básico, operacional e global – que são apresentados em um quadro de habilidades estabelecidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e que conseqüentemente também orientam a organização curricular.

A organização do currículo a partir do desenvolvimento de habilidades e competências, traz a necessidade de uma reflexão sobre o que realmente muda na prática com o desenvolvimento das mesmas. A ideia de um currículo mínimo baseado em habilidades e competências deveria ser inovadora, mas na realidade a inovação foi descrever as habilidades e competência e esvaziar os conteúdos.

O currículo por competências se associa a uma perspectiva não-crítica de educação, sintonizada, sobretudo, com os processos de inserção social e de controle dos conteúdos a serem ensinados e, por conseguinte, do trabalho docente. Se, por um lado, o currículo por competências tenta superar limitações do currículo por objetivos – introduzindo princípios humanistas, visando à formação de comportamentos e operações de pensamento mais complexos, que hoje se mostram mais adequados ao mundo do trabalho pós –fordista-, por outro, permanece no contexto de uma tradição ampliada do eficientismo social. Isso porque tem por base o princípio de que a educação deve se adequar aos interesses do mundo produtivo, sem apresentar fortes elementos que envolvam a contestação do modelo de sociedade no qual se está inserido. (LOPES, 2008,p.139)

As habilidades e competências de um aluno são desenvolvidas para atender uma demanda social, ou seja, o Currículo Mínimo continua com a mesma essência dos currículos anteriores.

As competências requerem a produção de habilidades, um “saber-fazer” necessário ao exercício profissional. As competências, dessa forma, não têm um conteúdo em si de direito: são dispositivos para regulamentar o conteúdo localizado em outros grupos de conhecimento especializado (Jones e Moore, 1993) e agem traduzindo determinado conteúdo em uma habilidade. Por isso, a regulação da formação nas competências é freqüentemente exercida por meio dos resultados obtidos – via indicadores de desempenho -, e não por intermédio de conhecimentos e atributos culturais adquiridos na socialização profissional. (LOPES,2008,p.134)

A diferença entre o aluno formado a partir do desenvolvimento de habilidades e competências e o aluno formado pelo currículo anterior é que agora o aluno não se tornará mais um trabalhador especializado, com qualificações profissionais predefinidas, sendo assim aprimorar habilidades e competências torna-se necessário para garantir sua vaga no mercado de trabalho. O desenvolvimento de habilidades está associado às tecnologias que sustentam as novas formas de produção e assim são formados trabalhadores adequados à inserção na estrutura social vigente e nos processos produtivos, agora pós-fordistas.

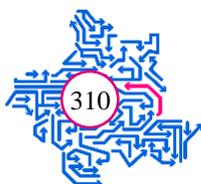
Ao relacionar o Currículo Mínimo às teorias de currículo encontramos características que vão das teorias tradicionais até as pós-críticas.

A identidade estabelecida entre as competências necessárias ao desenvolvimento humano e necessárias à esfera da produção, atualmente organizadas segundo o modelo pós-fordista, é também uma das razões que justificam o hibridismo de discursos curriculares. Como a esfera da produção passa a exigir competências superiores - relacionadas ao pensamento mais abstrato, à realização simultânea de tarefas múltiplas, à capacidade de tomar decisões e de solucionar problemas, à capacidade de trabalhar em equipe, ao desenvolvimento do pensamento divergente e crítico-, a formação não pode se limitar a competências restritas. Os princípios do construtivismo e da perspectiva crítica são então associados à princípios eficientistas e a princípios do progressivismo como forma de projetar a formação de competências mais complexas. Tais competências visam formar um indivíduo que se auto-regula e mobiliza seus conhecimentos de acordo com as performances solicitadas pelo mercado de trabalho. (LOPES, 2008,p.148)

O Currículo Mínimo é uma mistura onde encontram-se diferentes concepções de geografia em um mesmo currículo. A ciência geográfica assim como o campo de estudo sobre currículo possuem características comuns, as teorias críticas do currículo e a Geografia Crítica negam a premissa de neutralidade e afirmam os conceitos de ideologia e poder (Ferreira, 2009) e o mesmo ocorre com as teorias tradicionais.

A geografia tradicional pode ser encontrada no Currículo Mínimo do Estado no estudo regional (Geografia Regional) que ainda é feito. Várias obras didáticas, programas e currículos escolares utilizam o recorte regional como ponto de partida para ensinar Geografia e muitos professores ainda trabalham nessa perspectiva regional (Ferreira, 2009).

Assim como a geografia tradicional, a geografia crítica e em alguns casos a geografia cultural também podem ser observadas no Currículo Mínimo. Tomando como exemplo as seguintes descrições:



Relacionar aspectos que revelam a identidade do aluno com o seu lugar de vivência. (Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, 2012,9º ano)

Identificar as principais características étnico-culturais da população brasileira, relacionando-as às matrizes de referência étnica e cultural. (Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, 2012,9º ano)

Com a geografia crítica os conteúdos curriculares passaram a ser utilizados também para formar o raciocínio espacial, levando assim o aluno a ler o espaço geográfico, neste momento não é apenas a reprodução do conteúdo prescrito que importa e sim os objetivos que podem ser atingidos com tais conteúdos. Para ilustrar tal mudança podemos observar algumas descrições do 6º ano:

Relacionar aspectos que revelam a identidade do aluno com o seu lugar de vivência. (Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, 2012,6º ano)

Reconhecer a importância do trabalho humano na transformação do espaço. (Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, 2012,6º ano)

Apesar de serem encontradas diferentes concepções de geografia no currículo mínimo, ainda há um predomínio da geografia tradicional, que leva a uma disciplina simplória e enfadonha, mas é fato também que o professor pode trabalhar tal conteúdo através da concepção que achar mais adequada para os seus alunos e para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

De alguma maneira, nós, professores de geografia, incorporamos em nossas práticas pedagógicas, em nossos conteúdos e currículos escolares, boa parte das transformações que ocorrem em nossa ciência e na pedagogia e vamos assim, construindo nossa identidade na escola. Nossa identidade é constituída de múltiplas determinações, hibridismos, pois de forma constante, incorporamos os movimentos de transformação da sociedade, de mudanças de paradigmas, pois como afirma Tomaz Tadeu, o currículo é trajetória, viagem, percurso. (FERREIRA, 2009,p.7)

O Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro não é o currículo ideal para professores e alunos, ainda são muitas as aresta para aparar. Na realidade o currículo ideal é aquele que será praticado e organizado por professores, alunos, comunidade e a escola, pois toda vez que o governo tentar homogeneizar o ensino haverá resistência, as pessoas - produtos de determinada prática - são sujeitos autônomos e capazes de compreender a dinâmica social em que estão inseridos. Os currículos devem “nascer” de baixo para cima e não de cima para baixo.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põem em uma posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a

de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da História. (FREIRE, 1996,p.54)

Hoje o mais importante talvez não seja somente questionar a organização curricular, mas sim os interesses que estão por trás de tal organização, quais seriam as finalidades sociais atendidas pelos currículos, de onde vem e para onde vai este currículo.

### Considerações Finais

Ao desenvolver este trabalho foi possível perceber que o Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro pode não ser a melhor opção de currículo para ser trabalhado nas escolas, mas apesar das limitações, cada professor cria sua própria versão aplicada. O que incomoda mais neste currículo não é o fato dele ser mínimo (ou não ser), mas sim o fato do mesmo representar uma imposição, uma forma de controle para os professores.

O objetivo do trabalho não foi pensar uma proposta de currículo, mas vislumbrar algumas possibilidades: talvez se o Governo do Estado do Rio de Janeiro realmente convocasse os professores para debates sobre o currículo, os resultados alcançados não seriam apenas números e sim cidadãos com plena consciência de seu papel na sociedade.

O Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro atende aos interesses das classes dominantes e suas finalidades sociais são as mesmas há muito tempo, criar trabalhadores obedientes, especializados ou mais versáteis. Por mais que este currículo passe a ideia do novo, de uma solução, ele é apenas reinvenção, uma forma de controle social.

Apesar de entender que o currículo é o resultado de um processo político e um território de disputas, ele é também um caminho, que permite enxergar diferentes possibilidades e novas propostas. Quando os professores demonstram sua insatisfação ou inquietação com relação ao currículo, percebe-se que suas práticas pedagógicas vão se transformando em um fator primordial para exigir a mudança necessária no Currículo Mínimo, por exemplo.

As políticas educacionais deveriam responder às demandas desses professores e principalmente atender as necessidades dos alunos, o currículo não é neutro nem desinteressado, sendo assim os interesses da sociedade como um todo devem ser priorizados, ou seja, na realidade deveria ocorrer uma mudança de interesses.



## Referências bibliográficas

FERREIRA, Washington Aldy. O currículo de geografia: uma avaliação do Programa de Reorientação Curricular da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. In: **XII Encontro de Geógrafos da América Latina**, Montevideú, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas de Integração Curricular**. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

